



Terceirização irrestrita
antecipa a reforma
trabalhista
Pág. 2



Os impactos da
Ditadura Militar na
Universidade
Pág. 3



www.apub.org.br

Jornal APUB

JORNAL DO SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



Saúde pública brasileira e o arrocho fiscal

Pág. 4



Manifestações por direitos marcam o mês de março

No mês dedicado à luta das mulheres, a Apub participou do 8 de março, levando a pauta da educação contra o machismo, o racismo e a lgbtfobia. O ato foi um protesto também contra as propostas do governo de retirar direitos e retroceder nas políticas sociais. O sindicato fez parte da organização do Março Lilás "UFBA pelos direitos das mulheres" (veja encarte). A entidade também aderiu à paralisação nacional contra a reforma da previdência, no dia 15, participando das manifestações na UFBA e no Campo Grande, em Salvador. Promoveu debates sobre o tema, produziu materiais, fez panfletagens e esteve em atividades com outras organizações e instituições. A Apub segue uma agenda de mobilizações que inclui também a pauta contra a terceirização e a reforma trabalhista.



A luta contra a reforma da previdência:
entenda a proposta e seus danos

Pág. 6

A farsa e a tragédia da austeridade fiscal

A cada ano que se inicia, a esperança é de boas novas. Não é o caso de 2017, que começou com um fardo pesado, no contexto político e social do Brasil, e apontando muitos desafios para o povo brasileiro e todas as organizações que compõem o campo da esquerda. O golpe à democracia vem consolidando, a passos largos, um projeto muito antigo de entregar o país e sua soberania de bandeja para o grande capital. Menos estado, menos políticas sociais, menos direitos e muita austeridade fiscal em nome de um falso equilíbrio das contas. Em ações coordenadas, através dos projetos que alteram textos da Constituição, os poderes executivos, legislativo e judiciário, estão impondo a nós, trabalhadoras e trabalhadores, danos que só a muito custo serão reparados.

Nesta primeira edição do ano e sob nova gestão da Apub não poderíamos nos furtar de tocar nesses assuntos tão caros para nós, reafirmando a disposição de construir a resistência à concretização deste projeto reformista que tende a acabar com direitos adquiridos ao longo de nossa história. A luta pela democracia gerou nosso sindicato e esse período nos impele a resgatar esta memória, porque ela caminha *pari passu* com a garantia da saúde pública e universal, com o direito à aposentadoria, à assistência social e às condições dignas de trabalho.

E não menos importante é estar próximo à nossa base, saber ouvir esta categoria e representá-la. Por isso, queremos enfatizar que os nossos canais de comunicação estão abertos ao diálogo, sugestões e também para dar visibilidade ao professor e professora, suas produções e atuações.

Em tempos tão sombrios como este, percebemos que somos mais iguais do que diferentes e unidos podemos mais do que resistir, podemos conquistar.

Terceirização irrestrita antecipa a reforma trabalhista

No dia 22 de março, foi aprovado o PL 4302 (resgatado do governo de FHC), projeto de terceirização que trata sobre a modalidade do trabalho temporário, alterando o tempo de contratação de até três meses para 180 dias, prorrogáveis por mais 90. E prevê que o prazo poderá ser estendido por meio de negociação coletiva, institucionalizando a regra do negociado sobre o legislado, o que reverbera na organização sindical e na flexibilização das leis trabalhistas. O projeto, ainda, dá margem para a terceirização de qualquer atividade de uma empresa, imputando mera responsabilidade subsidiária ao tomador de serviços.

Renata Dutra, professora de Legislação Social e Direito do Trabalho da UFBA, explica que o PL antecipa a reforma trabalhista do governo neoliberal de Temer e que irá banalizar a contratação temporária – que impõe ao trabalhador uma inserção precária no mercado de trabalho, sem perspectiva de permanência, sem o mínimo de segurança social, sem possibilidade de estabelecer compromissos financeiros futuros, sem inserção na categoria, etc. – substituindo a criação de postos de trabalho protegidos. Segundo ela, estudos demonstram a relação intrínseca da terceirização com baixas remunerações, maiores jornadas, mais risco de acidentes de trabalho e adoecimento, maior rotatividade no emprego, menor investimento em qualificação profissional e até mesmo a condições análogas ao trabalho escravo. “Do ponto de vista jurídico, o que se observa é que a terceirização promove a rarefação dos direitos sociais e trabalhistas assegurados constitucionalmente”, diz.

Também está para ser votado o PLC 30, que tem um texto mais desenvolvido e abrangente, permitindo, de forma mais expressa, a contratação terceirizada para as atividades-fim do setor privado e público, o que pode acabar com o segmento dos servidores e sucatear os serviços públicos.

A reforma trabalhista sustenta-se na falsa premissa do barateamento dos custos trabalhistas para gerar mais empregos. Porém, estudos da Organização Internacional do Trabalho e a própria história demonstram o inverso: os maiores índices de desemprego coincidem com o momento em que mais se flexibilizou as leis trabalhistas no Brasil, a década de 90. “Em meio ao ataque mais generalizado contra os direitos sociais, a reforma trabalhista significa o abandono da perspectiva de proteção da pessoa que trabalha em favor de uma verdadeira mercantilização das relações de trabalho. O patrimônio jurídico dos trabalhadores, representado pela CLT e pela Constituição de 1988, está sendo colocado em risco e, pior, sem que haja um debate público e democrático a esse respeito. Esta proposta atesta o momento de ruptura democrática em que estamos inseridos e reclama, certamente, a mais firme resistência”, conclui a professora.



**APUB
SINDICATO**

JORNAL DA
APUB SINDICATO DOS
PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR DA BAHIA

Rua Aristides Novis, 44,
CEP 40210-630
Federação - Salvador - Bahia

71 3235-7433
apub@apub.org.br
www.apub.org.br
www.facebook.com/
apub.sindicato/
twitter.com/apubsindicato

PRESIDENTE:
Luciene da Cruz Fernandes

VICE-PRESIDENTE:
Ricardo Fernandes Carvalho

DIRETORA ADMINISTRATIVA:
Danielle Souto de Medeiros

DIRETORA FINANCEIRA:
Leopoldina Cachoeira Menezes

DIRETORA ACADÊMICA:
Raquel Nery Lima Bezerra

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
E CULTURA:
Hebe Alves da Silva

DIRETOR SOCIAL E DE
APOSENTADOS
Elvira Barbosa Quadros Cortes

Redação:
Anaíra Lôbo e
Carolina Guimarães
ascom@apub.org.br
Whats App: 71 9.9157-0037

Diagramação:
Carlos Vilmar

Impressão:
Gráfica Luripress
Tiragem:
3.500 exemplares
Fechamento da edição:
29/03/2017

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

Adicione o Whats App da Assessoria de Comunicação da Apub Sindicato e receba notícias e informações sobre a categoria.



71 9.9157-0037



71 3235-7433
71 9.9353-0053
apub@apub.org.br/ouvidoria@apub.org.br
www.apub.org.br
www.facebook.com/apub.sindicato
twitter.com/apubsindicato
www.youtube.com/ApubSindicato

ENQUETE

A Apub Sindicato quer saber sua opinião e sugestões sobre o Jornal.

Acesso o QR Code ao lado e participe da enquete.



A Ditadura Civil Militar e a Universidade

Joviniano Soares de Carvalho Neto

Três grandes efeitos teve a Ditadura Civil Militar sobre as Universidades Públicas: repressão, reforma e modernização

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

A repressão, que ficou mais marcada na memória coletiva brasileira, teve vários aspectos e momentos. Imediatamente após o golpe significou prisão e perseguição de professores, invasão do restaurante e residência universitária masculina e instalação de comissão de sindicância. O Conselho Universitário e as Congregações de várias faculdades deram Nota Pública de apoio à “revolução”, muitos professores participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que na Bahia, diferente de São Paulo, ocorreu depois da vitória do Golpe e o Conselho Universitário outorgou o título de Dr. Honoris Causa ao Mal. Castelo Branco, o primeiro dos generais presidentes. Houve alguma resistência que merece ser homenageada, como foi feita no dia 16 de março de 2017, na Escola Politécnica aos professores que reagiram à nota de apoio, em 1964: Antônio Laranjeiras, Aristides Barreto Neto e Magno Valente, este último autor de permanentes sátiras à “revolução” e que nomeia auditório na Politécnica.

A UNE e UEB foram declaradas extintas, houve intervenção nos Centros e Diretórios Acadêmicos. Posteriormente, foi implantado o decreto 477 para reprimir e expulsar estudantes (a mobilização política era centrada no movimento estudantil) e a Assessoria de Segurança e Informação, braço do Serviço Nacional de Informações, para vigiar professores e estudantes. No período, houve três tipos de comportamentos: 1) adesão, às vezes ideológica e outras, oportunista 2) acomodação, procurando agir dentro da lei, ainda que aproveitando brechas para afirmar alguma autonomia e proteger alguns dos visados pela repressão 3) resistência, algumas explícitas e outras criando cobertura administrativa e corporativa, podendo ser confundida com o segundo modelo.

A reação contra a arbitrariedade produziu por exemplo, a criação da APUB em 1968, após ação policial nos prédios de Economia e Politécnica. Com o AI5 essa reação submergiu. Alguns passaram a colaborar ou participar da luta clandestina, outros de atividades de órgãos da igreja católica, ou se concentraram na atividade profissional. A partir de 1978, fim do AI5, ocorreu grande ativação das entidades profissionais, entre elas, a Apub. A comunidade universitária tem papel importante na luta pela anistia e pela redemocratização, inclusive da própria universidade. Em 1984, pela eleição direta dos Reitores e dos diretores das unidades.

REFORMA E MODERNIZAÇÃO

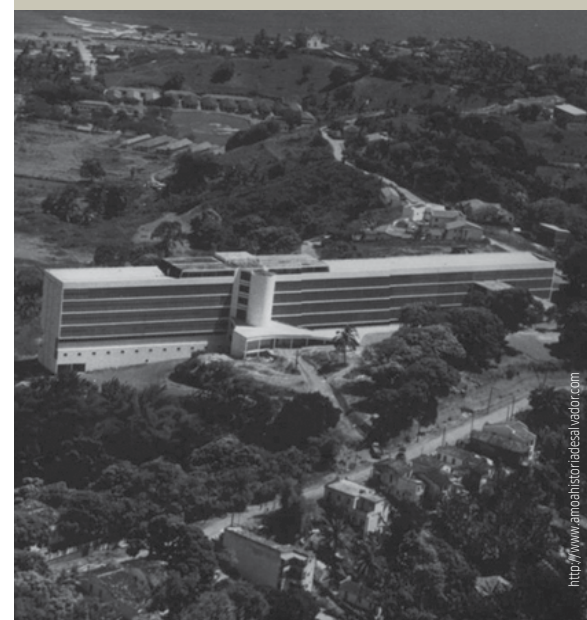
A Ditadura não foi só repressão. Ela representou uma modernização autoritária do regime capitalista, o que teve efeito direto e indireto na Universidade.

Direto: a Reforma Universitária, que teve efeito permanente e incorporou duas das demandas da campanha pela reforma de base do período Jango: o fim da cátedra vitalícia e a instituição dos departamentos. Buscou implantar modelo similar ao norte americano com implantação de Campus, cursos semestrais em vez de anuais, flexibilidade no currículo permitindo o aluno fazer matérias diferentes, implantação de Institutos e novas Unidades retiradas das faculdades tradicionais. Isto na Bahia resultou em sistema misto com Faculdades e Institutos. Também tentou, e falhou, a implantação do curso básico de dois anos, inclusive para enfrentar a questão dos excedentes do vestibular. Estimulou os cursos de Pós-Graduação e a Dedicação Exclusiva como prêmio aos selecionados. No período Médici, o mais duro da Ditadura Militar, havia o projeto Brasil Grande, que incluía o estímulo à pesquisa e Pós-Graduação, e uma remuneração maior. O fim das cátedras vitalícias, a criação de Departamentos e a possibilidade de D.E são fatores que, junto com a luta das associações docentes, levou a criação da carreira universitária e a maior profissionalização dos professores.

Em termos indiretos, atingiu a universidade pública de dois modos: primeiro, o estímulo ao ensino privado – em 1964, 70% dos alunos estavam nas universidades públicas; segundo, a implantação de uma rede nacional de telecomunicações (especialmente a TV Globo) e estímulo à indústria cultural (favorável, sob censura), que quebraram o antigo circuito de produção de sentido e significado para a sociedade. Antes da Ditadura, estes se faziam através da interação de intelectuais (professores entre eles), religiosos, funcionários públicos, jornalistas e políticos. Muitos jornalistas eram recrutados entre estudantes; professores, religiosos e políticos eram fontes e articulistas. Ao lado da profissionalização dos jornalistas, (lei que regulamentou a profissão é de 1969), da censura direta ou por “bilhetinhos” da Polícia Federal, o mais importante é que boa parte da população passou a construir a realidade a partir do que via na televisão. Os resistentes, muitos dos quais professores procuraram a “imprensa alternativa”, aprender a “ler nas entrelinhas”, redes paralelas, entre outras formas.



1985, a Apub ocupa a sede que era da ASI/SNI



A Apub nasceu da reação à ação policial na Politécnica



Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Bahia, abril de 1964

A LUTA CONTINUA

Após o fim da ditadura, a universidade e a Apub continuaram na luta pela democratização. E nela continuam.



Debater saúde pública exige uma compreensão ampla, não só conceitual, mas também sobre o que está em jogo nessa questão. Há dois projetos em disputa: o que pensa a saúde como um direito inalienável, que depende de diversos fatores como a garantia de outros direitos básicos; e outro projeto que vislumbra um campo propício para o lucro, em consonância com a lógica capitalista.

A Saúde pública brasileira no

É muito comum a ideia de saúde como ausência de doença, mas assim como em outras áreas de conhecimento, este é um conceito em disputa. Há algumas décadas, mais precisamente dos anos 70 para cá, ele vem sendo ampliado com a discussão acerca dos chamados determinantes sociais, que implica considerar que o modo de vida individual e coletivo interferem nos processos de saúde. Acesso à educação, trabalho, renda, condições de moradia, de transporte e infraestrutura urbana são alguns desses determinantes. Deve-se considerar também gênero, raça e sexualidades, categorias que vão além da questão biológica, porque afinal funcionam como marcadores de lugar na estrutura social.

Essa abordagem compreende a questão da saúde atrelada a diversos outros setores e ela conforma um campo teórico e prático. Livia Angeli, professora da Escola de Enfermagem da UFBA e coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) na Bahia, explica que este conceito faz parte de “uma construção que pauta os direitos sociais, pensa os sistemas de saúde universais, as ações intersectoriais e a articulação da saúde com outros setores da administração pública”. É, portanto, parte de um movimento de luta política que nasceu no momento adverso da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

A despeito dos direitos adquiridos ao longo do tempo - como a conquista do projeto do Sistema Único de Saúde que entrou na Constituição de 1988, ainda que não em sua integralidade - a luta pela promoção da saúde é contínua e árdua. As medidas sociais e políticas necessárias para a garantia plena deste direito esbarram na falta de vontade política, e em interesses privados e privatistas - empresas de planos de saúde, corporações nacionais e internacionais, indústria farmacêutica. Afinal, esses determinantes sociais da saúde impelem um projeto político nacional que atenda as demandas da população e combata as desigualdades através de reformas estruturais.

É preciso enfatizar que mesmo considerando os múltiplos fatores que promovem a qualidade de

vida, a importância e o impacto das políticas nacionais, estaduais e municipais de saúde são inegáveis. No artigo “Large Reductions In Amenable Mortality Associated With Brazil’s Primary Care Expansion And Strong Health Governance” - publicado em janeiro deste ano como resultado da parceria entre pesquisadores do Instituto Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia) e do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA com pesquisadores do Imperial College de Londres e de Harvard - foi feita uma análise dos efeitos da governança local na melhoria da saúde da população. O estudo se debruçou sobre a estruturação do sistema de saúde em 1.622 municípios entre os anos de 2000 e 2012, a partir da coleta dos dados e montagem de indicadores para medir a capacidade de gestão. Constatou-se que a expansão na cobertura de atenção primária associada a melhores níveis de governança reduziu a mortalidade por causas passíveis de tratamento em crianças e adultos. “A conclusão do estudo é que nos municípios que têm melhor gestão do sistema de saúde, o Programa de Saúde da Família tem melhor efeito”, esclarece o professor Maurício Barreto (ISC/UFBA), co-autor do estudo, coordenador-executivo do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), pesquisador sênior do Instituto Gonçalo Muniz. O professor explica que o PSF, hoje chamado de Estratégia Saúde da Família, é um dos maiores programas de atenção primária no mundo, cobrindo mais de 60% da população brasileira, ou seja, mais de 120 milhões de pessoas são beneficiadas.

Quando indagado se foi possível identificar uma alteração substancial nas políticas de saúde dentro do período avaliado (2000-12), Barreto ressalta que o estudo analisou apenas um programa, não todo sistema. Quanto a resposta que uma pesquisa como essa pesquisa pode oferecer para a resolução de problemas sociais, ele diz: “a nossa área é uma pesquisa muito aplicada, mas independente ao mesmo tempo, porque é uma pesquisa acadêmica na qual nós elaboramos as ideias, os conceitos, os problemas, mas que tem diálogo com o que está acontecendo no mundo. Esse estudo, por exemplo, não é

do Ministério da Saúde, mas ele deveria ter interesse. Saiu o estudo e o Ministério não se manifestou”.

Também questionada sobre estas mudanças nos últimos anos, Angeli é assertiva quando diz que houve avanços sim no período, porém muito mais em decorrência da luta e da organização popular do que propriamente das ações de governo. “O que se esperava, a partir de 2003, eram avanços estruturantes, que aquilo que ficou à margem das decisões [na constituinte de 88], como o financiamento, fosse avançar. As coisas foram melhor administradas, institucionalmente melhoramos em alguns aspectos, a parte organizativa passou a contar com pessoas com conhecimento mais técnico e com a defesa do SUS mais presente nas instâncias governamentais. Avançou nas políticas de educação popular, de práticas integrativas, a forma de organização dos serviços e de gestão. Mas estruturalmente, as lacunas permaneceram”.

AUSTERIDADE, REFORMAS E PRIVATIZAÇÃO

Nesse momento, a conjuntura se apresenta como um cenário de retrocessos, aprofundando o quadro da crise estrutural da saúde pública. Está sendo colocado em prática, de forma avassaladora, um programa ultra neoliberal, no qual prevalece o Estado mínimo e a mercantilização dos direitos, em que ganham apenas as empresas e os bancos privados.

O SUS, por exemplo, está totalmente ameaçado e um dos pontos principais é a questão do financiamento. “Não conseguimos definir exatamente um financiamento adequado para a saúde. Temos um sistema universal, mas o financiamento é proporcional aos países que não tem; países que tem sistema universal similar ao nosso, chegam a ter, proporcionalmente, quase o dobro do nosso financiamento”, enfatiza Angeli. O sucateamento proposital sempre serviu aos que têm interesse em argumentar que o Sistema não funciona. E, em dezembro de 2016, esse



“uma construção que pauta os direitos sociais, pensa os sistemas de saúde universais, as ações intersetoriais e a articulação da saúde com outros setores da administração pública” Livia Angeli (Enfermagem/UFBA)



“A conclusão do estudo é que nos municípios que têm melhor gestão do sistema de saúde, o Programa de Saúde da Família tem melhor efeito” professor Mauricio Barreto (ISC/UFBA)



“a mais importante contribuição para o desenvolvimento de programas preventivos e formulação de políticas públicas ainda está por vir com os resultados das análises de incidências das doenças e os fatores de risco a elas associados” Sheila Alvim (ISC/UFBA)

contexto de austeridade fiscal

plano foi levado a cabo com a aprovação da PEC 55 (ou 241) proposta pelo governo Temer e aprovada pelo Congresso Nacional, também chamada de PEC do Fim do Mundo, que impõe um teto aos gastos com os serviços públicos pelos próximos 20 anos – principalmente educação e saúde. Antes, o aumento dos gastos anualmente – proporção em relação ao PIB – acompanhava o crescimento da receita, quase sempre superior à inflação. Hoje, com a mudança, os valores destinados às áreas serão corrigidos apenas com base na inflação do ano anterior, e não com o aumento da receita, o que reduz o valor mínimo em termos proporcionais.

O congelamento dos recursos para estas áreas além de não acompanhar o aumento da demanda, projeta o desmonte do sistema de saúde. Portanto, o alvo da austeridade fiscal do governo não é o equilíbrio das contas, como afirmam. Em face às alternativas colocadas para o ajuste como o imposto sobre grandes fortunas, taxação de lucros, combate à sonegação, auditoria da dívida pública, entre outras medidas, a PEC 55 representa a privatização dos serviços em benefício das empresas preterindo a qualidade de vida e os direitos da população mais pobre.

A agenda política do atual governo abarca outras propostas, que estão na mesa para aprovação, que levam ao adoecimento da população, direta ou indiretamente. O ataque à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderá acarretar mudanças na carga horária, na forma de remuneração e no regime de férias; facilita a criação de vagas temporárias e em tempo parcial, que dão menos direitos aos funcionários. Outro ponto crítico é que o negociado entre empresas e representações sindicais valerão acima do legislado. Em sentido semelhante, a terceirização para todas as atividades da empresa gera flexibilização das relações de trabalho e causa o rebaixamento sistêmico do salário. Quanto ao sistema de seguridade social, a ideia é dificultar o acesso à aposentadoria e reduzir os valores das pensões, levando ao aumento da pobreza e da miséria, inclusive

dos mais vulneráveis, como idosos e portadores de deficiência. Tudo isso são determinantes sociais que afetam e afetarão muito mais a saúde da população.

Para as organizações políticas fica o grande desafio de traduzir para a população tudo que está

em jogo e garantir a pressão social necessária para impedir que esses ataques sejam efetivados. Por isso que, entre conquistas e retrocessos, definições e caminhos que o tema da saúde abarca, há um que sempre nos serve: saúde é a capacidade de luta.

Projeto ELSA: um olhar para a saúde do adulto

Não é fácil fazer pesquisa no Brasil, ainda mais especialmente em momentos de austeridade fiscal. Desafiando esta lógica há 10 anos, o projeto ELSA-Brasil (Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto) é a maior coorte da América Latina, cujo principal objetivo é investigar associações entre as doenças crônicas não transmissíveis, principalmente cardiovasculares e diabetes, e fatores biológicos, comportamentais, ocupacionais, sociais e ambientais específicos da população adulta brasileira. A pesquisa alcançou um total de 15.105 participantes nos seis Centros de Investigação no país, entre os quais, o Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, que conta com 2.029 participantes, incluindo docentes e servidores técnico-administrativos, homens e mulheres, entre 35 e 74 anos, ativos e aposentados. Como não é uma coorte dinâmica, não há inclusão de novos voluntários na pesquisa ao longo do tempo.

Durante as Ondas, como são chamadas as etapas da pesquisa em que os participantes fazem exames e entrevistas, são obtidos dados de saúde. Até o final de 2016, o ELSA havia gerado mais de 140 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos em desenvolvimento, e mais de 130 artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Esses trabalhos trazem

evidências para subsidiar políticas públicas e diretrizes para enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis.

Alguns resultados obtidos são a constatação do aumento em 7% (entre as Ondas 1 e 2) dos casos de excesso de peso e obesidade; e também, com o estudo liderado pela professora Estela Aquino (ISC/UFBA), do uso excessivo de hormônios na pós-menopausa que ultrapassam os limites de segurança, particularmente em mulheres com maior escolaridade ou atendidas por plano de saúde privado, um indicativo da excessiva medicalização destes grupos apesar de evidências que indicam que esta prática aumenta as chances do desenvolvimento do câncer de mama. Contudo, “a mais importante contribuição para o desenvolvimento de programas preventivos e formulação de políticas públicas ainda está por vir com os resultados das análises de incidências das doenças e os fatores de risco a elas associados. Estes resultados são possíveis com os dados das ondas 2 e 3, incluindo aqueles do monitoramento telefônico e investigação hospitalar”, afirma a coordenadora do projeto na UFBA, a professora Sheila Alvim (ISC/UFBA). A Onda 3 teve início no mês de março com o agendamento das visitas dos/as participantes ao centro de investigação.

Quem tem medo da reforma da previdência?

“23 anos de contribuição e quase 42 de idade, teria mais 9 anos de trabalho até ter direito de me aposentar e vem essa proposta desumana que impõe que só posso aposentar com mais 26 anos de contribuição”, lamenta a professora da Creche da UFBA, Fernanda Almeida. Este cálculo é feito, segundo as regras da proposta de reforma da previdência que está para ser votada no Congresso Nacional como PEC 287/2016, para que ela tenha acesso a 100% da média de todos os seus salários, ou seja, 49 anos de contribuição. Ela ingressou na Universidade em 1997, sendo da segunda geração* de servidores públicos. O trabalhador ou trabalhadora terá que ter idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição para aposentar-se, tendo direito a apenas 51% da média de seus salários mais 1% para cada ano de contribuição. Se tiver acima de 45 (mulher) e acima de 50 (homem), terá direito à regra de transição, que reduz a idade mínima em um dia para cada dia que exceder os 35/30 anos de contribuição. Porém, a regra só vale para o cálculo da idade, quanto ao valor do benefício, as novas regras serve para todos.

Esses são alguns pontos de uma reforma ampla, profunda e prejudicial, que coloca toda população sob as mesmas regras absurdas. A imposição desta elevada idade mínima, que aumentará de acordo com a evolução da longevidade, desconsidera que fatores, como pobreza e diferenças regionais, alteram a expectativa de vida; mulheres e homens são desiguais no mercado de trabalho; trabalhadores do campo e urbanos têm dinâmicas e naturezas laborais distintas. Ainda, a reforma mexe com as pensões e auxílios, dificultando o acesso e permitindo valor abaixo do salário mínimo; e acaba com a paridade entre ativos e aposentados, que assegura o reajuste salarial para todos.

A perspectiva da sua aprovação vem causando preocupação sobre o futuro. “A sensação é de muita insegurança social em virtude do quadro político e também em função de muita informação manipulada sobre os mais diversos aspectos deste movimento reformista”, descreve a professora da Faculdade de Odontologia da UFBA, Ana Clara Rebouças, de 37 anos, que faz parte da 3ª geração. Hoje, diferente de Fernanda que ainda tem direito ao benefício integral, ela tem direito à média das melhores contribuições (80%), mudança ocorrida em 2003. Para Handerson Silva, professor da Escola de Enfermagem, a reforma piora uma situação já crítica. Como servidor da 4ª geração, seu benefício é limitado ao teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). “Aos 31 anos, tenho pouco tempo de contribuição. Caso seja aprovada a reforma, pelos meus cálculos, me aposentarei com 77 anos, o que é um absurdo para qualquer pessoa (...). A atual proposta de reforma, oriunda de um governo golpista e ilegítimo, é uma afronta aos trabalhadores brasileiros”, conclui o professor.

O governo argumenta que a previdência gasta mais do que arrecada e por isso é insustentável. Mas, especialistas esclarecem que ela faz parte do Sistema de Seguridade Social, que abarca também a saúde e a assistência social, e este é superavitário. O Orçamento da Seguridade Social é integrado pela contribuição do governo, do empregador e do trabalhador; duas contribuições importantes são por parte do governo: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL) e a Contribuição Social Para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Também consta as arrecadações com folha de pagamento, concursos prognósticos (loterias e afins) e importações de bens ou serviços. O governo calcula o saldo previdenciário isoladamente, contabilizando apenas as contribuições de patrões e empregados. Vale ressaltar uma grande contradição: o governo reclama



Professora Fernanda Almeida, Creche/UFBA,



Professora Ana Clara Rebouças, Odontologia/UFBA



Professor Handerson Silva, Enfermagem/UFBA,

um déficit, mas utiliza, há mais de duas décadas, a Desvinculação das Receitas da União, um mecanismo que permite o governo utilizar 30% dos recursos vinculados por lei a fundos ou despesas para outros fins, como o pagamento da dívida pública. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que respondem a cerca de 90% do montante desvinculado.

REAÇÃO E LUTA CONTRA AS REFORMAS

Diante dessas ameaças aos direitos, as reações e protestos estão ganhando força e volume, organizada ou espontaneamente. Entidades e organizações posicionados contra as medidas, publicação de materiais que desmentem o déficit e todos buscando formas de fazer pressão política. No 15 de março, dia de luta contra a reforma da previdência, foi emblemático os milhões de brasileiros nas ruas em protesto, em capitais e cidades do interior do país; Neste dia, a Apub realizou atividades político-culturais na Praça das Artes da UFBA, pela manhã, e participou da manifestação em Salvador, junto a outras organizações, na praça do Campo Grande.

Em outras ocasiões, o sindicato promoveu debates sobre o tema: no dia 10 de fevereiro, a palestra com o professor Gil Vicente do Departamento de Matemática da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e diretor do Proifes-Federação, na qual ele ressaltou que as propostas de reformas objetivavam a redução do Estado. “É um projeto específico de nação, que privilegia o grande capital em detrimento do trabalhador”, afirmou. Disse ainda que há formas de aumentar a arrecadação de recursos como a ampliação das vinculações constitucionais, elevação dos royalties sobre a exploração mineral, contribuição sobre movimentações financeiras, regulamentação do imposto sobre grandes fortunas. Segundo explicou, todas essas ações representariam uma arrecadação adicional equivalente a 4% do PIB, suficiente para elevar nossos padrões educacionais em todos os níveis e oferecer à população uma saúde de excelência; no dia 16 de março, a seção Apub do Instituto Multidisciplinar em Saúde do campus Anísio Teixeira da UFBA, em Vitória da Conquista, recebeu o professor Vinicius Correia, da

Faculdade de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; já no dia 22 de março, o sindicato participou de debate, com docentes e servidores técnicos do IF Baiano e da UNEB, em Valença, fortalecendo uma rede entre as instituições contra a reforma. A Apub tem produzido materiais informativos, realizou panfletagens nas unidades e está articulada com outras organizações para lutar contra essas medidas, abrangendo ainda a reforma trabalhista – terceirização irrestrita, aprovada no dia 22 de março, acor-

dado sobre legislado, flexibilização da carga horária e dos contratos, entre outros itens.

Em um golpe só, mas ávido em seus propósitos, querem desmontar o sistema de proteção social, privatizar a previdência em benefício dos bancos, precarizar as relações trabalhistas, reduzir salários, enfraquecer as entidades de classe, desonerar ainda mais as empresas privadas, retirar direitos, vender o Brasil.

** As reformas que aconteceram nos governos FHC, Lula e Dilma resultaram no que podem ser identificadas como quatro diferentes “gerações” de servidores, cada uma com regras próprias para aposentadoria.*

Saiba como a reforma atinge você:

1ª

GERAÇÃO
Que tinham direito
a aposentadoria
antes da EC41
(até 19/12/2003)

Como é hoje: aposentadoria integral e paritária

Com a PEC 287: não muda

Obs: os que ingressaram antes da EC20 (16/dez/1998) terão redução da idade mínima em 1 dia para cada dia que exceder os 35/30 anos de contribuição exigidos

2ª

GERAÇÃO
Ingressaram no
serviço público
antes da EC41
(19/dez/2003)

Como é hoje: aposentadoria integral e paritária se: 60 anos (homens) / 55 anos (mulheres); 35 anos de contribuição (homens)/ 30 anos de contribuição (mulheres); 20 anos no serviço público, 10 anos na carreira e 5 anos no cargo.

Com a PEC 287: mais de 50 anos (homem) e mais de 45 (mulher) pagará um “pedágio” equivalente a 50% do tempo que falta para atingir 35 ou 30 anos de contribuição. Mantém a aposentadoria integral.

Menos de 50 (homem) e menos de 45 (mulher): 65 anos de idade e 25 anos de contribuição.

O valor da aposentadoria = 51% da média de todos os salários mais 1% por ano trabalhado.

Obs: Os que ingressaram antes da EC20 (16/dez/1998) terão redução da idade mínima em 1 dia para cada dia que exceder os 35/30 anos de contribuição exigidos.

3ª

GERAÇÃO
Ingressaram no
serviço público
após a EC41
(19/dez/2003)
e antes da
instituição do
Funpresp-Exe
(04/fev/2013)

Como é hoje: 60 anos (homens) / 55 anos (mulheres); 35 anos de contribuição (homens)/ 30 anos de contribuição (mulheres); 20 anos no serviço público, 10 anos na carreira e 5 anos no cargo.

Benefício é igual a média das melhores contribuições (80% do tempo) e o reajuste é feito pelo percentual do Regime Geral da Previdência.

Com a PEC 287: menos de 50 (homem) e menos de 45 (mulher): 65 anos de idade e 25 anos de contribuição.

O valor da aposentadoria = 51% da média de todos os salários mais 1% por ano trabalhado.

4ª

GERAÇÃO
Servidores
que ingressaram
após a Funpresp
(após 04/02/2013)

Como é hoje: aposentadoria pela média é limitada ao teto do RGPS (R\$ 5.531,31)

Se quiserem receber mais que isso terão que contribuir para o Fundo de Pensão do seu Poder.

Com a PEC 287: tendo menos de 50 (homem) e menos de 45 (mulher), terão que seguir as regras da Reforma de 65 anos como idade mínima mais 25 anos de contribuição.

O valor da aposentadoria será igual a 51% da média mais 1% por ano trabalhado, limitado ao teto do Regime Geral

DOCENTE EM FOCO

PROFESSORA
APOSENTADA HELOÍSA
PRAZERES LANÇA LIVRO
DE POESIA

No dia 12 de janeiro, a escritora e professora aposentada do Instituto de Letras da UFBA, Heloísa Prazeres lançou o livro de poesia “Casa onde habitamos”, obra que reúne 82 poemas dispostos em quatro partes. O espaço geográfico constitui o tema central do livro, ilustrado com fotos do artista visual baiano Jamison Pedra, que, pela segunda vez, acompanha a autora, em livro.

WORKSHOP DISCUTE
ASPECTOS QUÍMICOS,
BIOLÓGICOS E SOCIAIS DA
ÁGUA

Sob a coordenação da professora Helianildes Ferreira (Instituto de Química), foi realizado no dia 19 de janeiro, o Workshop Ciência e Água, voltado para alunos e alunas dos Bacharelados Interdisciplinares. O evento debateu diversos aspectos da água, desde de sua composição e tratamento até legislação ambiental e pesquisas. Participaram Cristina Quintella (Química), Francisco Oliveira (EMBASA) a consultora ambiental Edisienne Correia.

DIREITO À MORADIA
É TEMA CENTRAL DE
EVENTO NA UFBA

No dia 01 de fevereiro, foi realizado o I Encontro de Estudos Práticos do Direito à Moradia, no auditório Magno Valente da Escola Politécnica da UFBA, sob coordenação do professor Jardel Gonçalves (Politécnica) e participação da professora Lídia Quieto da Faculdade de Arquitetura. O Encontro contou com debates sobre o direito à cidade, o papel social dos profissionais da construção civil e questões ligadas ao projeto de moradias de Emergência.

Apub homenageia docente na
reinauguração do Bar D.E.

A reinauguração do Bar D.E. (Dedicação Exclusiva), atividade que acontecia na antiga sede do sindicato, no dia 20 de janeiro, foi um momento que celebrou o início da nova gestão da entidade junto aos/às filiados/as e amigos/as, mas também ficou marcado pela homenagem à professora Elena Rodrigues dos Santos (Escola de Música da UFBA), que faleceu no dia 13 de janeiro. Foi exibido um vídeo com uma apresentação dela tocando flauta; e o professor João Augusto Rocha (Escola Politécnica da UFBA) falou algumas palavras lembrando seu talento e generosidade, e também fez a leitura de um dos cordéis favoritos de Elena, do cordelista pernambucano José da Costa Leite.

Elena Rodrigues
(1949-2017)



Docentes discutem direito à saúde
com moradores de Plataforma

Em 10 de fevereiro, a professora Livia Angeli (Enfermagem/UFBA) participou de uma roda de conversa com os moradores do bairro de Plataforma para debater direito à saúde. Também esteve presente o professor Tiago Parada, igualmente da Escola de Enfermagem. Representando o Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde), Livia esclareceu sobre as funções e os responsáveis, no âmbito dos poderes públicos, pelas diferentes unidades de saúde; ressaltou também que a promoção da saúde é mais do que a assistência, passa pela garantia de direitos básicos, como transporte, saneamento básico e trabalho.

Professor Ricardo Kalid recebe Título
de Pesquisador Emérito do CNPq

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) concedeu o Título de Pesquisador Emérito ao professor Ricardo de Araújo Kalid, docente no Campus Jorge Amado e líder do grupo de pesquisa Teclim-UFSB. A escolha foi feita pelo Conselho Deliberativo do CNPq em reconhecimento à contribuição do professor Kalid para a área das Engenharias e à sua carreira acadêmica e profissional. Conforme ofício emitido pelo gabinete da Presidência do CNPq, a entrega do prêmio deverá ocorrer em cerimônia no dia 9 de maio de 2017.

MARIA LÚCIA MASSON
COMENTA PROPOSTA
DE PROTEÇÃO À SAÚDE
VOCAL DOCENTE

A pedido da Apub, a professora Maria Lúcia Vaz Masson, do Instituto de Ciências da Saúde da UFBA, comentou a proposta aprovada na comissão de educação da Câmara. De acordo com ela, o projeto deixa “a critério da instituição de ensino a escolha dos meios para a promoção do aprendizado discente e proteção da saúde vocal docente”. Ela ressalta ainda que “em tempos de corte na Saúde e Educação fica difícil imaginar medidas que venham, de fato, promover melhores condições de trabalho aos docentes, já tão precarizado”.

ESCOLA POLITÉCNICA
COMEMORA 120 ANOS

Os 120 anos de fundação da Escola Politécnica da UFBA foram celebrados com a atividade “1º conversando sobre a história da Escola Politécnica”, no dia 16/03, que contou a história da participação política dos estudantes e professores na resistência à Ditadura Militar. O professor aposentado da Escola, João Augusto Rocha participou da mesa de abertura; esteve presente também o professor aposentado Caiuby Alves. O momento do resgate histórico ficou por conta de Carlos Herrera Camacho e Pery Falcón, egressos da Escola que foram perseguidos e presos pelo regime.

FACULDADE DE DIREITO
PROMOVE ESTUDOS SOBRE
A DITADURA

No dia 07 de março, foi realizada a I Jornada de Estudos sobre a Ditadura Civil Militar, organizada pelo Memorial da Faculdade de Direito da UFBA, sob coordenação do professor Carlos Freitas. A atividade envolve pesquisas sobre a memória política do país e da UFBA. A Apub colaborou com a exposição de fotos da professora Alessandra Mascarenhas (Direito) que registrou o “Ato em defesa da democracia”, realizado em outubro de 2016 na faculdade.